

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE ECONOMIA

CLEBER YUTAKA OSAKU

DETERMINANTES DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2000 A 2014

DOURADOS/MS

2014

CLEBER YUTAKA OSAKU

**DETERMINANTES DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2000 A 2014**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Alexandre de Souza
Correa

Banca Examinadora:

Professor (a): Caio Luiz Chiariello

Professor (a): Juliana Maria Aquino

Dourados/MS

2014

**DETERMINANTES DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2000 A 2014
CLEBER YUTAKA OSAKU**

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente: Alexandre de Souza Correa

Avaliador: Caio Luiz Chiariello

Avaliador: Juliana Maria Aquino

RESUMO

O objetivo deste presente trabalho é abordar os possíveis determinantes da pobreza e a desigualdade social no Brasil no período de 2000 a 2014. Considerando a análise vista em distintas óticas, unidimensional considerando a insuficiência de renda, quanto a multidimensional que leva em consideração a qualidade de vida da população e outros indicadores sociais. Esta monografia apresenta estudos anteriores a respeito de variáveis que afetam positivamente ou não a pobreza, como desemprego, inflação, crescimento econômico, desigualdade social, política monetária, a fim de compreender como cada variável se comporta e quais são as possíveis soluções encontradas por estes autores. A análise de resultados foi feita a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados entre 2000 e 2014 dado a disponibilidade dos mesmos, entre os cinco Estados brasileiros, a saber: Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os indicadores econômicos e sociais apontaram uma melhora significativa na pobreza absoluta e nos índices de indigência em todas as regiões do país, porém a concentração de renda persiste nas regiões industrializadas e nas camadas mais ricas, persistindo-se assim o quadro de pobreza relativa, que é especificada dada a carência de alguma necessidade básica, demonstrando a necessidade de abordar este tema.

Palavras chave: Pobreza, desigualdade, indicadores sociais, indicadores econômicos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the possible determinants of poverty and social inequality in Brazil from 2000 to 2014. Considering the analysis view in optical distinct, one-dimensional considering the income deficit, as the multidimensional that takes into account the quality of people's livelihood and other social indicators. This monograph presents previous studies regarding variables that affect positively or not poverty, such as unemployment, inflation, economic growth, social inequality, monetary policy in order to understand how each variable behaves and what are the possible solutions found by these authors. The results analysis was made from quantitative and qualitative data collected between 2000 and 2014 given the availability of controllers, among the five Brazilian states, namely Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco and Rio de Janeiro. Economic and social indicators showed a significant improvement in the absolute poverty and indigence rates in all regions of the country, but the concentration of income persists in industrialized regions and in the richest layers, so it is persisting the relative poverty framework, is specified as the lack of any basic need, demonstrating the need to address this issue.

Keywords: Poverty, inequality, social indicators, economic indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Áreas de abrangência do trabalho.....	28
Figura 02 - Variação percentual (anual) do INPC, de 2000 a 2014.....	30
Figura 03 - Aumento do salário mínimo brasileiro e INPC de 2000 a 2014.....	30
Figura 04 - Taxa de desemprego anual do Brasil de 2000 a 2014.....	31
Figura 05 - Índices de Desenvolvimento Humano municipal geral e nas óticas de renda, educação e longevidade de 2000 e 2010.....	32
Figura 06 - Distribuição da renda dos domicílios, por quintis extremos, ao redor de 2002 e 2012.....	33
Figura 07 - América Latina : Pessoas em situação de pobreza e de indigência, ao redor de 2005 e 2012 (Em porcentagens).....	34
Figura 08: América Latina: Pessoas em situação de pobreza e de indigência, ao redor de 2005 e 2012 (Em porcentagens).....	34

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 Rendimento familiar no Brasil.....	16
Tabela 02 Dimensões, indicadores de carências e ponderações para a medição da pobreza com base em indicadores clássicos de necessidades básicas insatisfeitas.....	35

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica da América Latina

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNUD - Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.1 Objetivos Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1 REVISÃO TEÓRICA	14
2.1.1 Pobreza relativa e pobreza absoluta	14
2.1.2 Efeitos da inflação sobre a pobreza.....	16
2.1.3 Efeitos do desemprego sobre a pobreza no Brasil	17
2.1.4 Indicadores sociais.....	18
2.1.5 Constituição dos indicadores sociais.....	19
2.1 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.2.1 Estudo de Cardozo (1992).....	20
2.2.2 Estudo de Romer e Romer (1998).....	21
2.2.3 Estudo de Rocha (2000).....	22
2.2.4 Estudo de Barros, Henriques e Mendonça (2001).....	22
2.2.5 Estudo de Medeiros (2003).....	23
2.2.6 Estudo de Schmitt (2013).....	24
2.2.7 Análise dos estudos anteriores.....	25
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.2 POPULAÇÃO ALVO DA AMOSTRA.....	27
3.3 TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS.....	28
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISES DE DADOS.....	28
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	29
4.1 RESULTADO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DO BRASIL ENTRE 2000 E 2014.....	29
4.1.1 Inflação e aumento do salário mínimo.....	29
4.2 TAXAS DE DESEMPREGO.....	31
4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.....	32
4.4 DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E INDIGÊNCIA NO BRASIL COMPARANDO COM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6 REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A manifestação da pobreza e desigualdade social no Brasil ocorre desde a colonização e ocorre de maneira estrutural, representando um grande problema macroeconômico, demandando diversos estudos sobre o assunto, visto em distintas óticas. A mensuração da pobreza na ótica da renda, utilizado por muitos anos para quantificar a pobreza não é mais vista como uma alternativa segura para avaliar o bem estar de uma população, pelo fato de não levar em consideração aspectos como saúde, educação e segurança. A partir desta constatação, começou a se incluir os indicadores sociais para compreender a extensão deste problema.

Ao longo do período que se estende desde o final dos anos de 1970, adotaram-se no Brasil medidas distintas no que diz respeito à execução de políticas econômicas, principalmente para o combate e controle das altas taxas de inflação, sendo este o maior responsável pela recessão econômica compreendida desde o início da década de 1980 (SANTAGADA 1990). Essas medidas vão desde a retenção de ativos líquidos¹ até a substituição de moedas. Porém, apenas com a efetivação do Plano Real na década de 1990 a esperada estabilidade de preços foi alcançada, que se estende desde a criação do plano até sua execução com o controle inflacionário alcançado.

Nota-se o descaso sobre as políticas sobre a diminuição da desigualdade social no Brasil, onde a alta concentração de renda permanece entre as mais altas do mundo, sendo apontada por muitos estudiosos como uma das possíveis causas da incidência de pobreza.

Para compreender a dinâmica da inflação brasileira, temos que regredir ao período denominado “milagre econômico” classificando essa circunscrita entre 1968 e 1973. As medidas econômicas nesse período foram responsáveis por aumentar a capacidade produtiva com grandes investimentos em infraestrutura financiados com capital externo. Esse “fenômeno” foi responsável pelo maior desequilíbrio macroeconômico observado no Brasil visto que em períodos seguintes o país passou por momentos de recessão apresentando baixos índices de crescimento e aumento na concentração de renda (SANTAGADA, 1990).

A estratégia do crescimento, aliado ao endividamento externo, trouxe algumas vantagens como o aumento das plantas industriais, estímulo à modernização do setor agrícola, consolidação do mercado de trabalho urbano sendo que os setores que mais absorveram a mão de obra foram a indústria, comércio e serviços, porém as desvantagens observadas no período:

¹ Medida adotada pelo governo Collor que consistia em reter ativos líquidos como a poupança.

um maior endividamento externo; avanço dos capitais de empresas multinacionais; piora na distribuição de renda e concentração de propriedades rurais. Culminando em um aumento da pobreza, visto que a participação do PIB entre os mais pobres diminuiu de 40% para 37% durante o período de alto crescimento econômico.

Mesmo com a estabilidade monetária alcançada, o nível de pobreza permaneceu alto trazendo consequências negativas a sociedade. No início da década de 1990, a pobreza se encontrava a níveis constantes, tendo um leve declínio após o Plano Real. Porém, o nível de pobreza vem caindo ao longo dos anos 2000 em toda a América Latina, segundo relatórios de órgãos de fomento como CEPAL, PNUD e PNAD. As possíveis causas desta queda serão analisadas no decorrer deste trabalho.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Conforme já foi destacada, a pobreza é um problema social preocupante no Brasil. Mesmo sendo a sétima maior economia do mundo, segundo dados do banco mundial em 2014 o país ocupa o penúltimo lugar no indicador de desigualdade social GINI,² perdendo somente para Serra Leoa como o país mais desigual do mundo.

Neste contexto pode se averiguar a necessidade de investigar quais os motivos de tamanha desigualdade social em um país onde se tem um estoque de recursos considerável, inflação controlada, e uma taxa de desemprego relativamente baixa, na casa dos 4,9%³.

A má distribuição de renda resulta em pobreza e exclusão social, que passa a se repetir de maneira estrutural, tornando difícil mudar essa condição pelo próprio esforço. Para uma equidade deste problema são necessárias políticas voltadas não apenas a redistribuição de renda aos mais pobres e sim alternativas para equacionar a distribuição de renda entre toda a população.

² O índice GINI é um cálculo utilizado para medir a desigualdade. Apresenta dados entre 0 e 1, onde zero representa inexistência de desigualdade, quanto maior for este índice maior é a desigualdade.

³ Dados do PME/IBGD até setembro de 2014.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar os principais indicadores econômicos e sociais para compreender a dinâmica da pobreza e desigualdade social do Brasil de 2000 até 2014.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os estudos anteriores sobre as possíveis causas da pobreza e desigualdade social;
- Observar possíveis falhas a respeito das medições tradicionais de aferição da pobreza;
- Constatar se o Brasil irá erradicar a pobreza absoluta e concentrar-se na pobreza relativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Brasil vem demonstrando crescimento econômico baixo devido ao uso de política monetária restritiva nos últimos anos, especialmente pós-plano REAL, para o controle da inflação, porém isso acarreta em um produto nacional baixo desestimulando a produção e causando recessão econômica sendo desfavoráveis principalmente as camadas mais pobres da nação merecendo um estudo mais detalhado para compreensão da dinâmica da pobreza e desigualdade social.

Vários estudos já foram publicados mostrando a relação entre inflação, desemprego, política monetária, crescimento econômico sendo que a pobreza mostrou-se sensível a todas essas variáveis demandando um olhar clínico a fim de entender este que é um dos maiores problemas sociais enfrentados pelo país.

A desigualdade social pode ser apontada como um dos principais elementos para a manutenção da pobreza sendo que em 2014 o PIB per capita foi U\$ 11,310 evidenciando a má distribuição de renda. Porém, deve-se levar em consideração melhorias detectadas no período como os ganhos reais do salário mínimo, melhoria dos indicadores sociais, baixa taxa de desemprego.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho será dividido em cinco seções, além da introdução. A primeira parte referente aos objetivos gerais, específicos e justificativa. A segunda seção apresentará os estudos teóricos e de literatura referentes à mensuração da pobreza, desigualdade social e indicadores sociais sobre os estudos da pobreza e de suas principais variáveis. A terceira seção será responsável por demonstrar a metodologia utilizada. A quarta parte referente às análises dos resultados obtidos. E, por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica se divide em duas partes. A primeira parte se refere a revisão teórica mensurando a pobreza e as variáveis que afetam diretamente o bem estar da população como inflação, desemprego, política monetária, além dos indicadores sociais para aferir a pobreza. A segunda parte é a revisão de literatura, mostrando os trabalhos já realizados, que mostram alternativas a diminuição da pobreza e desigualdade social.

2.1 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção tem por finalidade definir o que é pobreza e desigualdade social, mencionando os métodos mais utilizados para quantificar ou qualificar estas variáveis. Compreender as diferentes abordagens para a mensuração da pobreza exige certo aprofundamento. Para avançar no tema da erradicação da pobreza e na melhoria de vida da população é necessário conceituar as definições do problema e elaborar uma abordagem comparável internacionalmente em sua medição.

2.1.1 Pobreza relativa e pobreza absoluta

Segundo Hoffman (2006) a noção de pobreza pode se referir à privação, de ordem material ou social. Essa privação pode ser de natureza absoluta e relativa. O primeiro seria devido ao subdesenvolvimento local e regional, que impõem restrições básicas de subsistência como acesso a luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, saúde educação. A segunda seria de ordem demográfica e na limitação no capital humano e financeiro das famílias fatores que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar.

De acordo com Rocha (2000), a pobreza absoluta pode ser dividida em dois grupos. O primeiro seria os países que não tem a capacidade de produzir um produto nacional capaz de suprir todas as necessidades da população. O segundo grupo seria o de países nas quais o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o bem estar de toda a população. A economia do Brasil, cuja renda *per capita* é de U\$ 11,310⁴ coloca o país acima de qualquer estimativa sobre a linha de pobreza absoluta logo a incidência da pobreza absoluta no país deriva da má distribuição de renda colocando o Brasil no segundo grupo.

⁴ Segundo dados do IBGE em 2014.

Sob o enfoque relativo da pobreza Hoffmann e Kageyama (2006) designa pobre todos àqueles indivíduos que estão em um limite inferior a uma parcela média da população, mesmo que disponham de todos os recursos básicos considerados sobre a ótica da pobreza absoluta.

Em suma a pobreza relativa designa a distribuição não equitativa da renda média da população ou que possua pelo menos duas carências básicas⁵ (entrando na ótica da desigualdade social) enquanto a pobreza absoluta se dá a partir da privação de recursos básicos para a sobrevivência. Como a média salarial da população brasileira está associada ao salário mínimo e que 18%⁶ das famílias vivem com até 1 salário mínimo uma das variáveis deste trabalho será entender o aumento do salário mínimo. Deste modo, uma postura prática para mensurar a pobreza é estabelecer um valor que realmente reflita todas as necessidades de consumo de um conjunto de bens e serviços que assegurem a sobrevivência digna dentro de um padrão estabelecido.

A desigualdade na distribuição de renda é um traço marcante na América Latina inclusive no Brasil segundo o Panorama Social apresentado pela CEPAL⁷. Os dados disponíveis na Figura 06 indicam que o quintil mais pobre (20% dos domicílios de menor renda) capta em média 4,5% da renda total do país enquanto o quintil mais rico capta 55% demonstrando o abismo social existente. Observando os dados da CEPAL, o Brasil conseguiu diminuir os índices de pobreza em 2,3%⁸ (de 20,9% a 18,6%) de 2007 a 2013 sendo que a pobreza extrema caiu apenas 0,7% (de 6,1% a 5,4%).

Analisando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF deixa clara a distribuição desigual de renda entre as famílias no Brasil sendo este problema mais evidente nas regiões Norte e Nordeste como pode ser vista na tabela a seguir.

⁵ Ver Tabela 2.

⁶ Segundo dados do POF 2008.

⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948. Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana.

⁸ Ver figura

Tabela 01: Rendimento familiar no Brasil

Rendimento Domiciliar	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	57.816.604	3.949.838	15.099.443	25.491.789	8.898.449	4.377.084
Até 830 Reais	12.503.385	1.133.461	5.953.346	3.312.521	1.205.776	898.281
Mais de 830 a 1.245 Reais	10.069.184	799.491	3.318.908	3.892.759	1.260.443	797.585
Mais de 1.245 a 2.490 Reais	16.972.311	1.171.271	3.507.054	7.955.371	2.986.650	1.351.966
Mais de 2.490 a 4.150 Reais	8.890.463	444.381	1.162.445	4.951.651	1.718.616	613.370
Mais de 4.150 a 6.225 Reais	4.181.485	195.429	499.652	2.341.445	851.948	293.011
Mais de 6.225 a 10.375 Reais	2.994.837	123.024	365.256	1.703.760	551.300	251.496
Mais de 10.375 Reais	2.204.938	82.781	292.783	1.334.283	323.717	171.375

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do IBGE; SIDRA; POF (2008).

2.1.2 Efeitos da inflação sobre a pobreza

Define-se inflação como a taxa percentual de variação de preços de determinada cesta de bens e serviços, durante determinado período de tempo. O estudo de seu comportamento leva em consideração tanto o aumento quanto diminuição de preços de um conjunto específico de bens de acordo com o propósito que será utilizado o índice.

Segundo Vasconcellos (2000) a inflação representa um aumento dos preços monetários, ou seja, significa que o valor da moeda é depreciado pelo processo inflacionário. Assim o autor caracteriza a inflação como um fenômeno monetário não significando que a sua solução passe por um controle de estoque de moedas, visto a diversidade de agentes econômicos existentes que podem afetar diretamente a variação de preços.

O movimento geral dos preços pode ser medido por índices de preços, como o IPCA, IGP, INPC, FIPE no caso brasileiro. Cada um destes índices constitui uma cesta de produtos para uma “população alvo” ponderada pela caracterização de cada cesta. Como o intuito deste trabalho é entender o comportamento das variáveis sobre a pobreza a mensuração da inflação será feita a partir de dados do INPC⁹ visto que a abrange as famílias com rendimentos entre 1 e 5 salários mínimos (o que compreende cerca de 50% dos residentes do Brasil)

⁹ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE foi criado inicialmente com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores com rendimentos entre 1 e 5 salários mínimos. Sua abrangência geográfica compreende regiões metropolitanas.

A inflação é uma das variáveis que impacta na renda das famílias e conseqüentemente na pobreza, visto que deteriora o poder de compra, principalmente da população mais pobre. Segundo dados do INPC, o aumento percentual entre 2000 e 2014 é de 102,32%¹⁰, sendo que a habitação, gastos pessoais e transportes obtiveram os maiores reajustes, deteriorando os ganhos reais sobre os salários, pois o aumento foi de 379,95%¹¹ no mesmo período sendo que o aumento salarial pode ter sido favorável para a diminuição da pobreza no período.

Após alcançar o controle inflacionário com a criação do Plano REAL observou-se uma significativa redução na pobreza absoluta. Porém o efeito positivo gerado pelas baixas taxas de inflação sobre a pobreza teve caráter temporário, visto que para alcançar a estabilidade de preços o Governo precisou adotar políticas monetárias contractionistas, como aumentar os juros da dívida pública, utilizar uma política monetária restritiva explicando os baixos índices de crescimento econômico no período (ROCHA 2000).

2.1.3 Efeitos do desemprego sobre a pobreza no Brasil

O desemprego é uma das variáveis que podem afetar os níveis de pobreza, uma vez que sem renda o cidadão não tem condições de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e evidentemente sofrendo a exclusão social, levando-se em conta a variável renda e consumo como partes mais relevantes dessa exclusão e que se desdobram, muitas vezes, em outros pontos da exclusão social.

Os níveis de desemprego no Brasil são calculados pelo IBGE que investiga o mercado de trabalho por meio de várias pesquisas. Além da PNAD, o IBGE produz, também, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME¹², fonte de uma variedade grande de informações sobre trabalho e rendimento. Essa pesquisa investiga as principais Regiões Metropolitanas do país. As informações levantadas só têm validade para essas cinco Regiões Metropolitanas. Mas serve de parâmetro de amostragem

Segundo Barros *et al* (1997) as taxas de desemprego no Brasil são relativamente baixas, porém o que realmente determina a desigualdade de renda e a pobreza são a precariedade dos postos de trabalho onde a remuneração média da maioria dos trabalhadores está indexado ao salário mínimo devido sua baixa qualificação, porém foi observado nos

¹⁰ Variação (%) acumulada por regiões - INPC

¹¹ Referente ao aumento percentual do salário mínimo brasileiro de 2000 a 2014.

¹² Pesquisa Mensal do Desemprego – PME Produz indicadores mensais de desemprego entre as principais regiões metropolitanas do país.

estudos de Schmitt (2013) que o aumento do salário mínimo por si só não determina o aumento do bem estar da população, porque não se observa um aumento do salário médio

Barros *et al* (1997) busca diferenciar as diversas situações possíveis, de níveis de emprego possibilitando uma visão mais aprofundada da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade no Brasil. Nessa análise, o desemprego é considerado uma variável em diversos grupos sociais em que se pode dividir a população economicamente ativa.

2.1.4 Indicadores sociais

Esta sessão caracterizará o uso e as limitações dos indicadores sociais mais utilizados no país e no mundo, para aferir a pobreza e a desigualdade de renda expondo dados que possam caracterizar todos os aspectos que podem diretamente influenciar no bem estar da população.

O uso de indicadores sociais foi inicialmente empregado no Brasil em meados do século XX juntamente com o início da industrialização, tendo ganhado estudos científicos somente em meados da década de 1960 na tentativa de acompanhar os movimentos sociais e econômicos da população e aferir o impacto das políticas no país em desenvolvimento (SANTADADA, 2007).

Com o aumento do produto nacional em meados da década de 60 pode se observar o descompasso entre crescimento econômico e melhorias nas condições de vida da população sendo que o crescimento do PIB era visto na época como um *Proxy* para o desenvolvimento e melhoria de condições socioeconômicas da população.

Conforme Jannuzzi (2011), os indicadores sociais são medidas geralmente quantitativas dotadas de significado subjetivo, usado basicamente para, substituir, quantificar, ou operacionalizar algum conceito social abstrato de interesse acadêmico ou formulação de políticas.

Os indicadores sociais se prestam a auxiliar as atividades públicas e caracterização de políticas sociais em todas as esferas do governo, possibilitando o monitoramento de indicadores como renda, saneamento, mortalidade infantil, escolaridade média com o intuito de permitirem que o poder público e a sociedade civil tenham o aperfeiçoamento sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos existentes no país.

Os indicadores sociais podem de fato ser subjetivo, devido a essa assertiva (O indicador social apenas indica...) o que demonstra certa fragilidade nesta afirmação, visto que os dados dos indicadores tem cunho quantitativo, porém esse não é o caso das ciências sociais

aplicadas, que visa compreender tanto o lado qualitativo quanto o quantitativo. (JANUZZI, 2002).

Este trabalho, por se tratar de uma corrente de ciências sociais aplicada não irá praticar a substituição do conceito indicado supostamente para “operacionalizar”, sobretudo no caso de correntes abstratos como qualidade de vida, desenvolvimento humano, responsabilidade social ou condições de vida.

Conforme Jannuzi (2002), embora classificados de modo bastante abrangente, esses conceitos “operacionalizados” são às vezes utilizados como se os indicadores e índices criados fossem a expressão exata, ou seja, a mais válida e sem erros o que induz muita gente ao erro, por não se tratar de uma ciência exata.

As informações demográficas e sociais nunca foram tão demandadas desde o início dos anos 1990 quando, a Organização das Nações Unidas - ONU observaram diversas mudanças que vinham ocorrendo nas sociedades modernas, o que impôs certa responsabilidade aos centros estatísticos do Brasil para estruturar e organizar os dados dos indicadores para melhor compreensão. Assim sendo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE começou a publicar em 1999 a “¹³Síntese de indicadores Sociais” com o objetivo de retratar as condições de vida da população, focalizando temas do cenário contemporâneo.

2.1.5 Constituição dos indicadores sociais

A desigualdade social é tratada como eixo principal entre os institutos de pesquisa para aferir as condições de vida da população. A ONU destaca o Programa de Desenvolvimento Humano (PNUD), criado em 1990 como o eixo principal para sintetizar os indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que resulta da combinação de três fatores: Longevidade, educação e renda. (SANTAGADA, 2007).

Conforme Santagada (2007), ao longo do tempo o RDH, da PNUD/ONU vem apresentando mudanças significativas para aferir a ampla conceituação de desenvolvimento humano. Em 1992, foi inserida a dimensão da sustentabilidade para o desenvolvimento das gerações futuras. No RDH de 1999, foi apontada uma falha de que a erradicação da pobreza

¹³ Referente à “Síntese de Indicadores sociais, Uma análise das condições de vida da população brasileira.” IBGE, 2012.

está ligada a diminuição da segurança. Com isso este trabalho observará os dados retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

O IDH é um instrumento de análise que não está baseada somente em dados econômicos estáticos, sendo assim, é utilizado amplamente em diversos países para aferir a qualidade de vida da população. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, as abordagens estatísticas para aferir um indicador social são divididos em: Aspectos demográficos, famílias e domicílios, educação, atividades pessoais, padrão de vida, distribuição de renda e direitos humanos. Sendo factível a assertiva de que o IDH é fundamental para medir a extensão tanto da pobreza absoluta quanto da pobreza relativa.

Para compreender a pobreza e a desigualdade social no Brasil serão utilizados dados do PNUD, inflação média dos anos, taxas de desemprego, aumento salarial, IDH Municipal, relatórios das pesquisas de orçamentos familiares POF para as cinco principais regiões metropolitanas do país e confrontados com os dados do relatório do Panorama Social da América Latina, que infere dados econômicos e sociais de toda América Latina.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão apresentados estudos dos principais autores da literatura econômica que relacionam as diversas variáveis que afetam a pobreza como (inflação, desemprego, política monetária, concentração de renda) no Brasil e em outras regiões. Por fim, será feita uma análise destes estudos para aferir os principais resultados esperados.

2.2.1 Estudo de Cardozo (1992)¹⁴

Neste estudo, a autora investiga a característica regressiva da inflação e seu impacto sobre populações que vivem abaixo da linha da pobreza. A autora argumenta que a inflação afeta aos pobres de duas maneiras. Primeiramente, a inflação afeta renda disponível. Em segundo lugar, os salários nominais tendem a crescer menos do que os bens e serviços consumidos pelos trabalhadores, conseqüentemente o poder aquisitivo do mesmo cai.

A autora enfatiza que a inflação não pode ser controlada sem custos. Estes custos podem estar relacionados à estagnação da economia, que de maneira geral significa maior

¹⁴ Ver Cardoso E, “*Inflation and Poverty*”. Cambridge: NBER, 1992 (Working Paper n.4006).

taxa de desemprego e menores salários reais. No entanto, altas taxas de inflação diminuem o salário nominal e aumenta a pobreza. Em seu estudo este segundo efeito dominou na América Latina (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Chile, México Peru e Uruguai) entre 1977 e 1989, foram utilizados dados de inflação anual média, salários reais e taxas anuais de crescimento. Assim, observou se a diminuição do salário real com a inflação correspondente a programas de estabilização, porém, a diminuição do salário real durante o período de elevação inflacionária sobressaiu totalmente às outras influencias. (CARDOZO, 1992 p.09)

Assim sendo, o estudo apontou que as altas taxas de inflação estão diretamente relacionadas com a diminuição dos salários reais, e estas perdas salariais estariam relacionadas ao aumento da pobreza. Cardoso conclui que os programas de estabilização que não obtiveram sucesso em nada ajudam a diminuição da pobreza e sim aumentam devido ao quadro recessivo desses programas.

2.2.2 Estudo de Romer e Romer¹⁵ (1998)

Romer e Romer são economistas Norte Americanos que estudaram os movimentos da política monetária nos Estados Unidos e seus efeitos sobre a pobreza. No curto prazo constataram que, com o uso de uma política monetária expansionista o desemprego e a pobreza, tendem a ter uma queda acentuada, devido à injeção de ativos na economia possibilitando novos investimentos contribuindo para a geração de empregos e crescimento da economia. Este estudo comenta que a pobreza está mais sensível ao desemprego do que a variação de preços, porém, embora essa política expansionista beneficie os pobres no curto prazo trariam consigo no médio e longo prazo os custos de uma elevação nas taxas de inflação devido ao aumento no consumo.

A política monetária demonstrou ser uma ferramenta versátil para conduzir a economia sendo possível utiliza-la como ferramenta gerir a economia de um país. Visto a importância da política monetária pode se afirmar que esta analogia pode ser aplicada em outros países como o Brasil.

Pode se verificar no estudo que o uso de políticas “puras” pode ser prejudicial aos países no médio e longo prazo, a exemplo do Brasil que viveu experiência semelhante convivendo com uma acentuada taxa de inflação no decorrer da década de 1980 devido às políticas monetárias “expansionistas” utilizadas, em meados da década de 1970 trazendo

¹⁵ Ver Romer e Romer. “**Monetary Policy and the Well-Being of the Poor**”. Cambridge: NBER, 1998 (Working Paper n.6793).

consigo altas taxas de crescimento econômico, porém, aumentando as taxas de inflação posteriormente.

2.2.3 Estudo de Rocha¹⁶ (2000)

O estudo de Rocha está associado a compreender a pobreza e desigualdade social no Brasil a partir do controle inflacionário de 1994 até 1999. Segundo a autora, o plano de estabilização da moeda foi fundamental para os indivíduos com baixos rendimentos a recuperar o poder de compra a partir de 1994. Isso se deve ao efeito combinado da liberação do comércio exterior e a boa safra, possibilitando que a mão de obra menos qualificada obtivessem ganhos reais, colaborando assim para a diminuição da pobreza. Assim, a diminuição da pobreza foi apenas uma “boa” combinação de fatores, já que a política governamental estava focada na estabilização de preços.

Porém, segundo Rocha os efeitos distributivos se esgotaram, visto que as informações relativas da Pnad de 1996 e 1997 apontam que a diminuição da pobreza se esgotou. Esses dados revelaram que a taxa de pobreza absoluta permaneceram em torno de 34% e foram observadas situações regionais bem diferenciadas com a diminuição da pobreza em zonas rurais em deterioração nas metrópoles, que sofrem com os impactos dos sistemas produtivos e mercado de trabalho.

As razões apontadas foram a delicada situação macroeconômica com câmbio sobrevalorizado e déficits públicos crescentes. Como resultado, em 1998 foi registrado um decréscimo do PIB e conseqüentemente o PIB *per capita*. Essa diminuição da atividade, apesar de baixa, não foi neutra principalmente a população mais pobres e menos escolarizados.

2.2.4 Estudo de Barros, Henriques e Mendonça¹⁷ (2001)

Neste trabalho, os autores buscaram descrever a evolução e a extensão da pobreza e desigualdade social no Brasil, estabelecendo as relações inter causais, além de estabelecer a via do crescimento econômico para, enfatizar as políticas de redistribuição de renda aos mais pobres. A pobreza destacada pelos autores remete exclusivamente a insuficiência de renda.

¹⁶ Ver. Rocha Sonia. “Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do PLANO REAL”. Texto para discussão n°0721 Ipea.

¹⁷ Ver. BARROS R.P, HENRIQUES R., MENDONÇA R “A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil.”. Texto para discussão n.°800 Ipea.

Assim, o julgamento da pobreza foi feita em dois sentidos: escassez dos recursos e a má distribuição de renda no Brasil.

A primeira parte do trabalho remete a escassez de recursos observados em três óticas: comparação do Brasil com o resto do mundo, análise da renda média do Brasil e avaliação do consumo médio da população brasileira. Para aferir a desigualdade de renda, foram utilizadas quatro medidas de interpretação tradicional como: Coeficiente de GINI¹⁸, Índice de Theil¹⁹, renda média dos 10% mais ricos e 40% mais pobres e renda média dos 20% mais ricos e com a renda média dos 20% mais pobres.

Os autores chegaram à conclusão de que a estrutura da pobreza no Brasil persiste desde a colonização e que a desigualdade social é a principal causa deste distúrbio social. Portanto, foi proposto pelos autores políticas capazes de diminuir a desigualdade social sem comprometer o crescimento econômico.

2.2.5 Estudo de Medeiros²⁰ (2003)

O autor ressalta que a diminuição da pobreza no Brasil só pode ser lograda a partir de um programa articulado de desenvolvimento econômico e social. Ajudar aos mais pobres não pode se resumir em apenas prover emprego e remunerar melhor. Uma via para o desenvolvimento menos desigual seria fugir de um regime macroeconômico marcado por desequilíbrios nas taxas de crescimento, altas taxas de juros, contração fiscal, que é a característica macroeconômica que domina no país. Porém, Medeiros não argumenta “quais” as medidas macroeconômicas adotar em seu trabalho, pois fugiria do de seu tema central.

Assim, o escopo do trabalho se concentra em sustentar de maneira prolongada o crescimento econômico, de forma a maximizar os efeitos positivos sobre a pobreza e desigualdade social. Apesar disso, observando a economia brasileira nota se, que para a diminuição da pobreza efetiva, necessita se não apenas o controle de preços, mas sim, diminuir preço dos alimentos e dos serviços públicos de transporte para aumentar o salário real do trabalhador.

Conforme Medeiros, o aumento do salário mínimo não contribui efetivamente para a diminuição da pobreza e desigualdade social, uma vez que tal medida causa déficit na

¹⁸ O Índice de Gini consiste em pegar os extremos dos rendimentos totais dos 20% mais ricos e comparar entre os 20% mais pobres. Essa relação vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 pior é a distribuição de renda.

¹⁹ Índice semelhante ao Gini, porém, utilizando se da renda dos 10% mais ricos com 40% dos mais pobres.

²⁰ Ver. MEDEIROS Carlos Aguiar. “**Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil.**”

previdência social e não auxilia o aumento dos postos de trabalho e aumento do salário médio. A grande dificuldade encontrada é conciliar a volatilidade macroeconômica com um padrão de desenvolvimento voltado a criação de novos empregos e barateamento e expansão na oferta de bens públicos.

2.2.6 Estudo de Schmitt²¹ (2013)

O economista norte americano exalta no início de seu estudo que o aumento do salário mínimo pouco afeta a condição de vida do assalariado mais pobre. Este relatório analisa a onda de artigos científicos recentes (a partir dos anos 2000 com dados da economia Norte Americana) acerca do tema para determinar o peso de um aumento do salário mínimo sobre as perspectivas de emprego para trabalhadores de baixa renda. O relatório também analisa evidências sobre supostas combinações de aumento do salário mínimo que expliquem por que os efeitos sobre a criação de novos empregos é pequeno (SCHIMITT, 2013 p. 09).

Para embasar seu estudo, Schmitt organizou seus estudos em possíveis causas sobre como o aumento salarial pouco afetaria no bem estar do trabalhador. Aqui serão citadas as principais:

- Redução de Horas trabalhadas: o salário mínimo não aumentaria o custo de contratação de trabalhadores, mas sim o custo de horas trabalhadas desses trabalhadores. Os empregadores poderiam encurtar as horas trabalhadas destes funcionários, em vez de demitir e gerar desemprego.
- Redução de benefícios não salariais: segundo o autor, os empregadores podem responder a uma alta nos salários mínimos diminuindo os benefícios não salariais como plano de saúde, vale alimentação, vale transporte etc. Foi observado no estudo que os benefícios não salariais pouco afetavam o bem estar do trabalhador de baixa renda.
- Redução na formação do trabalhador: outro canal de ajustamento observado nos estudos foi à redução na formação dos trabalhadores de baixa renda, tal medida poderia explicar ou justificar o aumento do salário mínimo.
- Mudança na composição do emprego: o empregador poderia ajustar o valor do salário mínimo condizente às habilidades específicas dos trabalhadores para estimular a modernização das empresas.
- Preços mais altos: para responder a um salário mínimo mais elevado os empregadores podem aumentar os preços dos produtos, gerando inflação.

²¹ Ver. SCHMITT John. “*Why Does the Minimum Wage Have No Discernible Effect on Employment?*” Center for Economic and Policy Research CEPR.

- Compressão salarial: Para compensar o aumento dos salários mínimos dos trabalhadores de baixa renda as empresas podem compensar este aumento diminuindo os ganhos de funcionários mais qualificados.

Para concluir seu trabalho, o autor explicou como as empresas se comportam em cada situação dado o aumento do salário mínimo e concluiu que isso não afeta o bem estar do trabalhador e sobre as futuras perspectivas novos postos de trabalho. A razão encontrada é que o choque entre o custo do salário mínimo é pequeno em relação à maioria dos custos totais da empresa e muito pequena em relação aos trabalhadores de baixa renda.

Os empregadores podem reduzir os custos dos trabalhadores diminuindo as horas trabalhadas, reduzindo benefícios, aumentando os preços dos produtos, operar com uma taxa de lucro menor, diminuir os salários dos trabalhadores mais qualificados. Em contrapartida o trabalhador só pode justificar o aumento do salário mínimo trabalhando mais tempo. A solução encontrada pelo autor se dá através de reduções na rotatividade destes trabalhadores o que significaria menor custo para os empregadores

2.2.7 Análise dos estudos anteriores

Com a leitura dos seis textos apresentados, pode se destacar quatro questões pertinentes sobre a manutenção da pobreza e desigualdade de renda (inflação, Política monetária, baixo crescimento econômico e aumento do salário do mínimo.). A primeira destacada por (Cardoso 1992) é pertinente de que a inflação e seu ímpeto são prejudiciais a populações de baixa renda e defende medidas restritivas para conter a inflação. Isto é, o aumento de preços pode de fato deteriorar o salário nominal dos trabalhadores mais pobres diminuindo seu bem estar. Porém Rocha (2000) observou no Brasil após o Plano Real uma retração dos efeitos distributivos advindos da diminuição da inflação e atribuiu a diminuição da pobreza a uma soma de fatores externos (como boa safra interna, cambio sobrevalorizado, superávit interno) e não somente a queda da inflação em si.

Um segundo ponto que pode ser considerado é o impacto da política monetária para condução da economia destacada por (Romer e Romer 1998), esse método foi amplamente utilizado pelo governo brasileiro para controlar a inflação ou aumentar o nível de atividade, porém os efeitos desta prática podem ser desfavoráveis à população mais pobre devido à queda no nível de atividade e poder gerar desemprego se for utilizado sistematicamente para controle inflacionário.

O terceiro ponto destacado por Barros et al (2003) mensura os efeitos das altas taxas de desigualdade social e o baixo crescimento econômico como causas da pobreza. Para isso observou se a desigualdade social do Brasil comparando com o resto do mundo fazendo uso dos indicadores econômicos “estáticos”, ou seja, dados numéricos como PIB per capita, inflação, desemprego e índice de GINI sem levar em consideração dados qualitativos que infere sobre a pobreza relativa. Porém segundo Jannuzi (2008) apenas observando dados quantitativos para mensurar a pobreza pode gerar dados espúrios se confrontados com dados como o IDH que leva em consideração dados qualitativos, ou a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) que estuda o consumo das famílias brasileiras utilizando dados de pesquisa por domicílio do PNAD. Pode se chegar à conclusão de que a pobreza não pode ser mensurada apenas com dados quantitativos e sim deve ser levados em consideração indicadores que mensurem a real situação vivida por famílias de baixa renda, como destacado nos estudos de Hoffmann e Kageyama (2000).

O quarto ponto destacado por Medeiros (2003) defende a diminuição no preço dos alimentos e dos serviços públicos de transportes para aumentar o poder de compra do trabalhador, porém sem de fato aumentar o salário mínimo para evitar o déficit na previdência pública e a inflação salarial, uma vez que o aumento do salário mínimo não auxilia efetivamente para a manutenção do salário médio da população. Ideia compartilhada por Shimitt (2013), que argumenta que os empregadores têm diversos mecanismos para ajustar um eventual aumento do salário mínimo. Assim sendo, pode se fazer uma analogia com o ótimo de Pareto²² que determina que em estado de equilíbrio o aumento de bem estar de uma população afeta negativamente o outro.

²² No sentido de Pareto dentro de uma situação econômica, não é possível melhorar a situação de um agente sem degradar ou prejudicar o outro, sendo assim, a desigualdade social pode se aplicar nesta situação.

3 METODOLOGIA

Visto a complexidade de se mensurar a pobreza, a metodologia terá como olhar teórico central duas correntes teóricas: a macroeconomia, olhando de um lado conceitos importantes da economia neoclássica (ortodoxa) e, por outro lado, a economia keynesiana (heterodoxa), bem como os autores que tem observado a mistura do uso das duas, e o uso dos indicadores sociais. Além disso, como olhares teóricos complementares, serão estudados relatórios emitidos por órgãos internacionais, sociologia dos indicadores e outras leituras que possam complementar o trabalho. Essa interlocução com outras áreas se faz importante de maneira a fazer uma análise mais verossímil com o que tem ocorrido no universo empírico.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O enfoque será observar a pobreza levando em consideração tanto dados econômicos (quantitativos), a saber: inflação (INPC), salário mínimo e desemprego (PME) além de dados de indicadores sociais (qualitativos) como: (IDH municipal, índice de pobreza, bem como outros índices gerados de relatórios da CEPAL e PNUD). Os anos escolhidos são: de 2000 a 2014, coincidindo pela disponibilidade de dados neste período. Com esses horizontes, buscase pegar mudanças no universo macroeconômico, sob a ótica das políticas utilizadas aos indicadores sociais relacionados à pobreza.

3.2 POPULAÇÃO ALVO DA AMOSTRA

O Brasil por ser um país de dimensões continentais possui maiores dificuldades em obter dados universais que reflitam a realidade de toda sua população. Isto pode ser explicado, quando se compara regiões mais polarizadas na indústria como o sudeste em detrimento a regiões mais pobres como Norte e Nordeste, portanto há vários obstáculos que impedem a adoção de políticas válidas sobre as diferentes regiões do país. Devido à carência de dados regionais este trabalho irá se limitar a apenas cinco Estados a saber: Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A população alvo foi escolhida devido à abrangência de indicadores nestes estados, por compreenderem as principais regiões metropolitanas do país.



Figura 1: Áreas de abrangência do trabalho

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Do Brasil 2013.

3.3 TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS

As coletas de dados foram feitas da seguinte maneira: Os dados quantitativos de inflação e desemprego foram extraídos a partir de sub - séries do IBGE/SIDRA e do PME. Já os dados qualitativos dos indicadores sociais foram extraídos a partir de relatórios emitidos pelo ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL 2013, CEPAL e PNUD.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISES DE DADOS

Para a análise de dados, é necessário primeiramente destacar o objeto de análise, que é a pobreza em óticas distintas, como foi destacado na revisão teórica. Como a pesquisa é de ordem qualitativa, as técnicas de análise de dados foram feitas de maneira não linear requerendo se assim um processo contínuo que procura identificar significados palpáveis, tendências, padrões desvendado certo significado teórico (TEIXEIRA, 2003, p. 194).

É preciso avaliar, que a pobreza vista na ótica de renda não tem uma dimensão exata sobre a medição de carências, sendo assim, a análise foi realizada a partir de dados econômicos e de qualidade de vida.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os principais resultados sobre os indicadores econômicos e sociais utilizados no trabalho para compreender as relações intercausais condizentes com a pobreza e desigualdade de renda no período de 2000 a 2014 no Brasil. Em seguida, serão confrontados dados de indicadores sociais de outros países da América Latina para ver a evolução do quadro de pobreza absoluta, desigualdade e índice de indigência. Por último será apresentado às considerações finais, fazendo um breve comentário sobre o possível cumprimento da meta do milênio de erradicação da pobreza absoluta e indigência estabelecido pela ONU no Mundo.

4.1 RESULTADO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DO BRASIL ENTRE 2000 E 2014

Os resultados dos indicadores econômicos no período de 2000 e 2014 são fundamentais para compreender se foram relevantes para melhorar os índices de pobreza e desigualdade social no Brasil, entre os cinco Estados analisados.

4.1.1 Inflação e aumento do salário mínimo

Os primeiros indicadores econômicos analisados são a inflação e o aumento do salário mínimo e seus impactos sobre a pobreza no Brasil. A taxa de inflação utilizada é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por estar associado à variação de preços correspondente a famílias com renda de um a cinco salários mínimos, sendo assim, mais sensíveis as famílias de baixa renda, e os aumentos sobre o salário mínimo do Brasil.

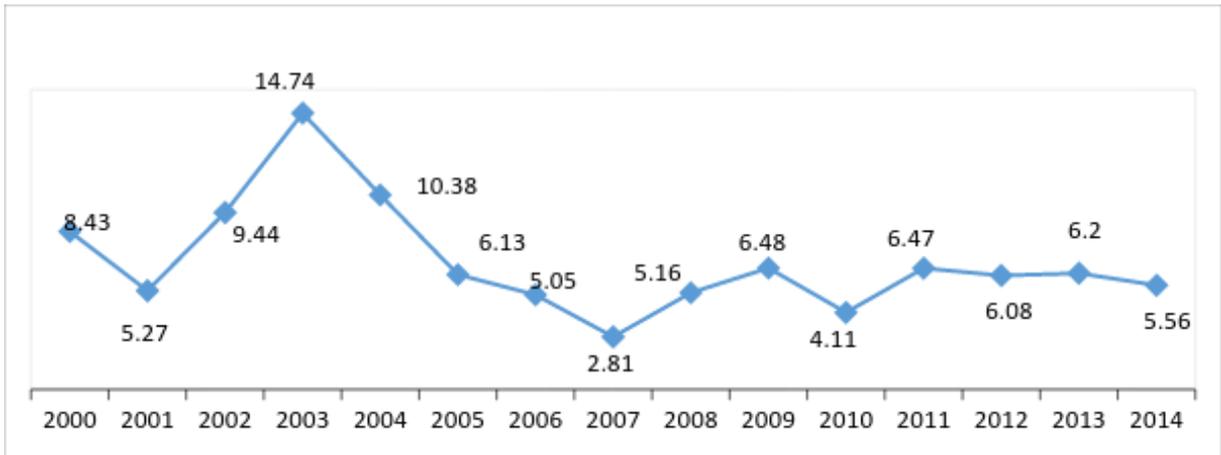


Figura 2: Variação percentual (anual) do índice de inflação INPC, de 2000 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Durante o período de 2000 e 2014 percebe-se que a variação da inflação não se mostrou significativo a ponto de aumentar ou diminuir o bem estar da população, visto que no mesmo período houve um aumento no salário mínimo na casa dos 10,42% ao ano, confrontando com um aumento anual médio de 7,3% do INPC no mesmo período como pode ser visto nas Figuras 2 e 3. Porém, o Brasil ainda possui o terceiro pior salário mínimo²³ da América do Sul segundo dados do relatório da CEPAL.

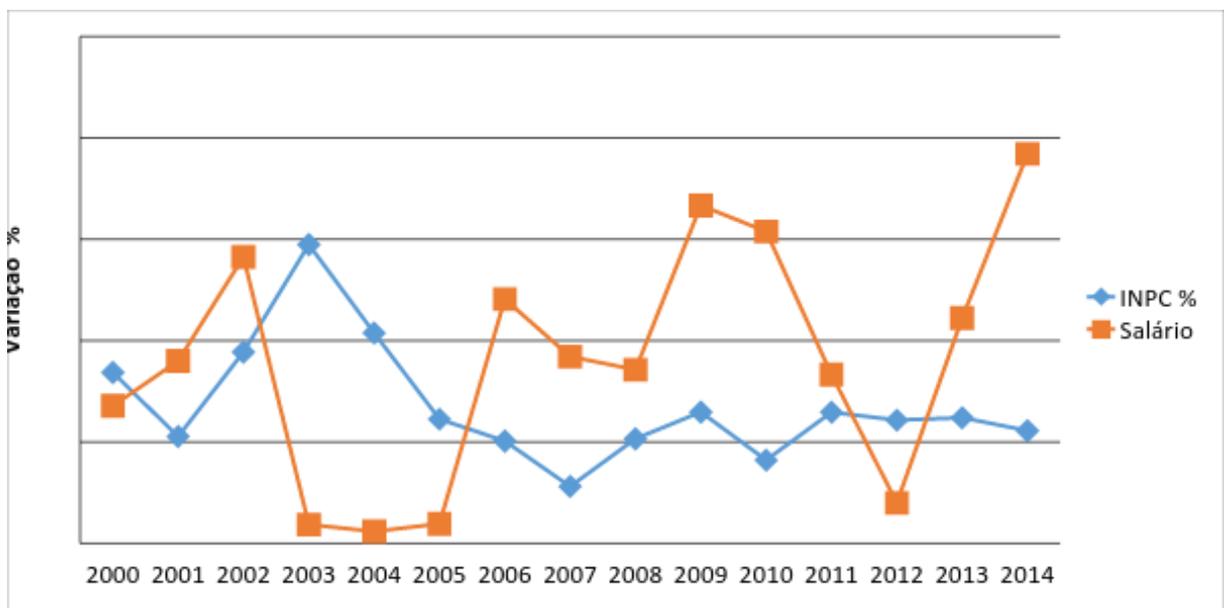


Figura 03: Aumento do salário mínimo brasileiro e INPC de 2000 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

²³ Dados em PPP. Paridade do Poder de Compra.

A diminuição da pobreza neste caso depende da diminuição de preços relacionada a bens de consumo básicos como alimentação e transporte para não deteriorar o poder de compra, mas estes foram os itens que mais sofreram reajustes no período, segundo dados retirados do IPEA. Mesmo assim, a queda da pobreza foi acentuada, fenômeno observado em outros países da América Latina, mostrando que a diminuição da pobreza está em tendência de queda em boa parte da América Latina e que o aumento do salário mínimo no caso brasileiro foi significativo para a diminuição da pobreza, visto que o aumento foi acima da inflação registrada no período.

4.2 TAXAS DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego utilizada é calculada a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, os números da pesquisa determinam o desemprego entre pessoas em idade economicamente ativas, nas principais regiões metropolitanas.

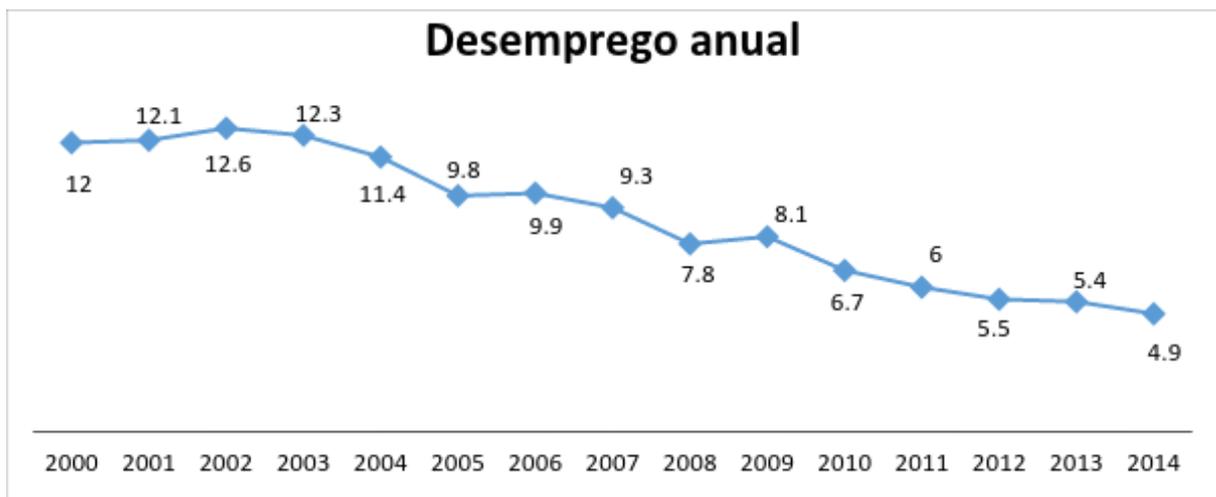


Figura 04: Taxa de desemprego anual do Brasil de 2000 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

A variação do índice de desemprego (anual) foi boa no período oscilando de 12% a 4,9%²⁴ sendo que o desemprego na ótica de insuficiência de renda foi benéfico para a diminuição da pobreza. Porém, para o aumento da renda média do trabalhador pode ser ruim visto que pode deteriorar a renda dos trabalhadores mais qualificados, aumentar a rotatividade de trabalho e diminuir os ganhos reais dos trabalhadores.

²⁴ Dados até setembro de 2014, (PME/IBGE).

4.3 INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

Os dados do Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2013 apontam que o Brasil obteve uma melhora nos Índices de Desenvolvimento Humano tanto ótica geral quanto na renda, longevidade e educação, como pode ser observada na Figura 5.

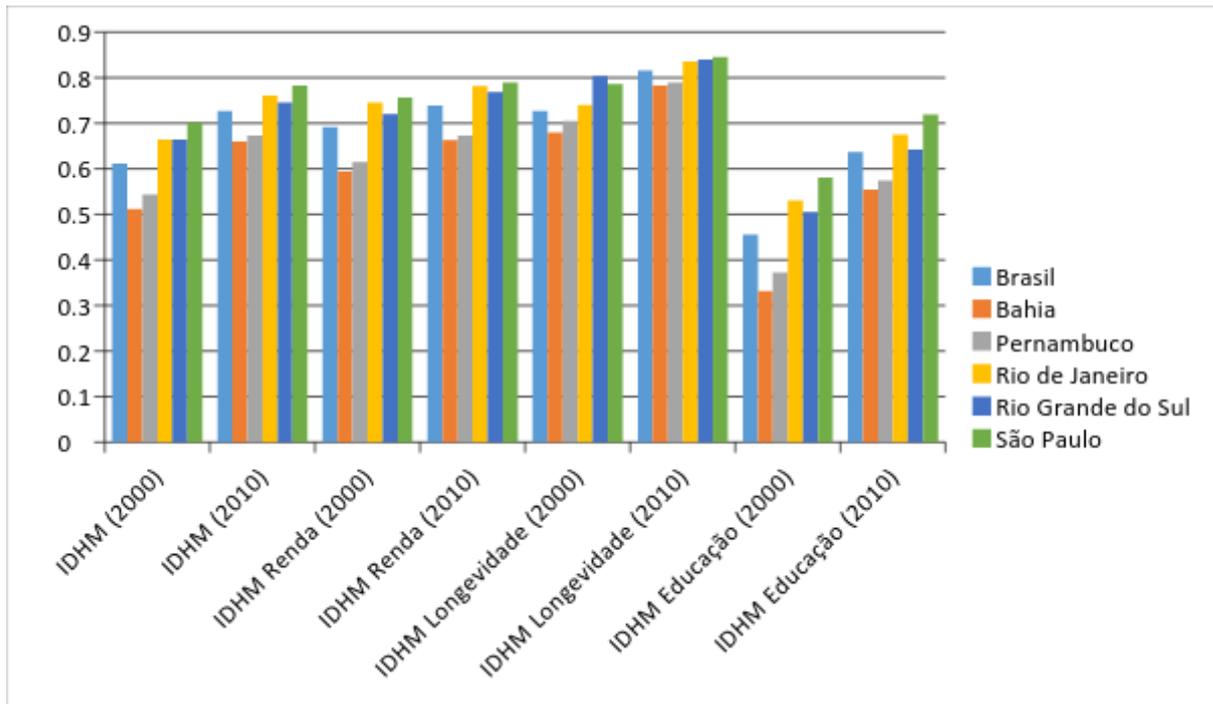


Figura 05: Índices de Desenvolvimento Humano municipal geral e nas óticas de renda, educação e longevidade de 2000 e 2010.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2013.

Confrontando os dados de 2000 e 2010 chega se a conclusão de que neste período o IDH municipal nas regiões analisadas aumentou em todas os Estados sendo que a média nacional ficou em 0,727 padrão considerado razoável pelo PNUD. Porém, em regiões menos industrializadas no nordeste os índices continuam baixos na casa dos 0,660 em Pernambuco e 0,673 na Bahia. Tem que se destacar, porém, que o IDH é um índice que não leva em consideração indicadores de desemprego e índices de distribuição de renda, sendo necessário outros parâmetros para se chegar a uma conclusão sobre a melhoria da qualidade de vida e erradicação da pobreza.

4.4 DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E INDIGÊNCIA NO BRASIL COMPARANDO COM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A distribuição desigual da renda é um dos traços presente entre os países da América Latina, e pode ser apontada como o maior responsável pela pobreza registrada por estes países. Mesmo apresentando um PIB per capita elevado o Brasil não conseguiu.

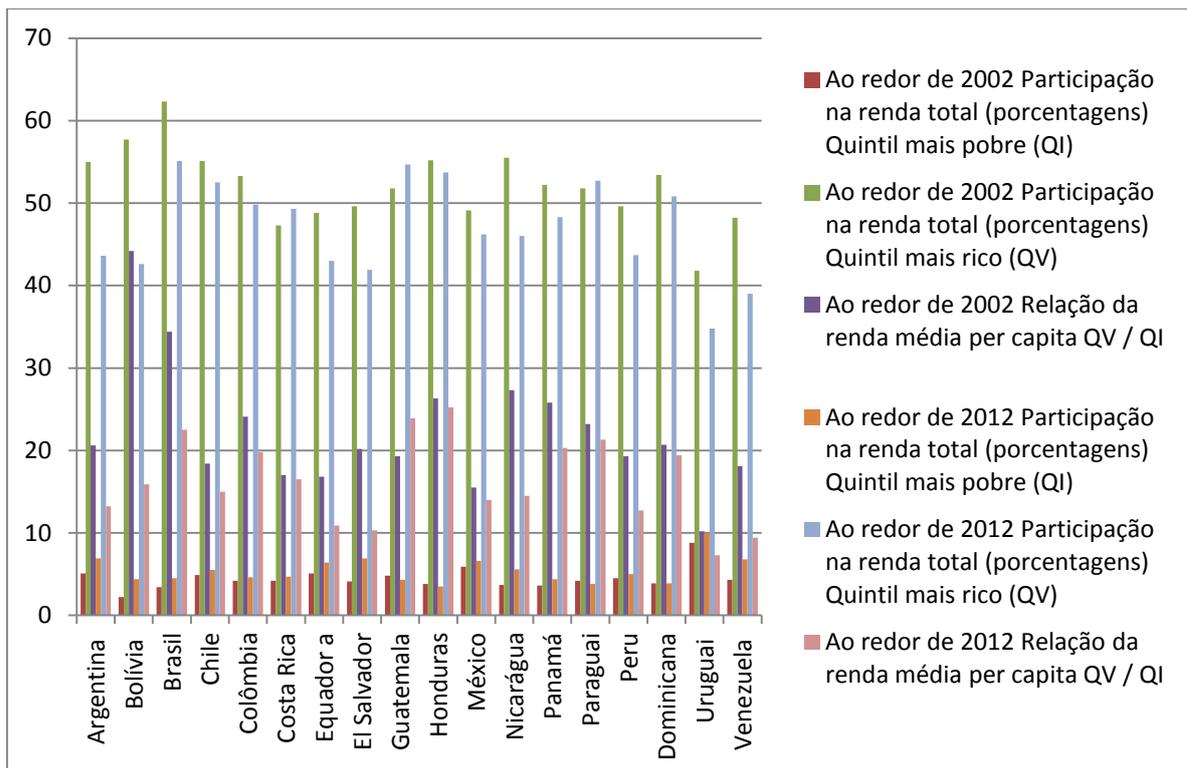


Figura 06: Distribuição da renda dos domicílios, por quintis extremos (GINI), ao redor de 2002 e 2012.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do Panorama Social da América Latina 2013.

Mesmo que a pobreza em termos absolutos tenha caído no Brasil e em toda América Latina de 2002 a 2012 os dados mostram que a desigualdade entre a camada mais rica em detrimento dos mais pobres é alta, sendo que a renda dos 20 % mais pobres represente somente 3,4% em 2002 e 4,5% em 2012 da totalidade de renda dos mais ricos, enquanto os 20% mais ricos concentrem 62,5% da renda em 2002 e 55,1% em 2012. Pode se observar na figura 06, que o aumento da renda dos mais pobres pode ser justificado pela diminuição da renda média da população, e não necessariamente a distribuição de renda entre os que possuem as maiores rendas do país, sendo um dos entraves da erradicação da pobreza no Brasil e em toda América Latina.

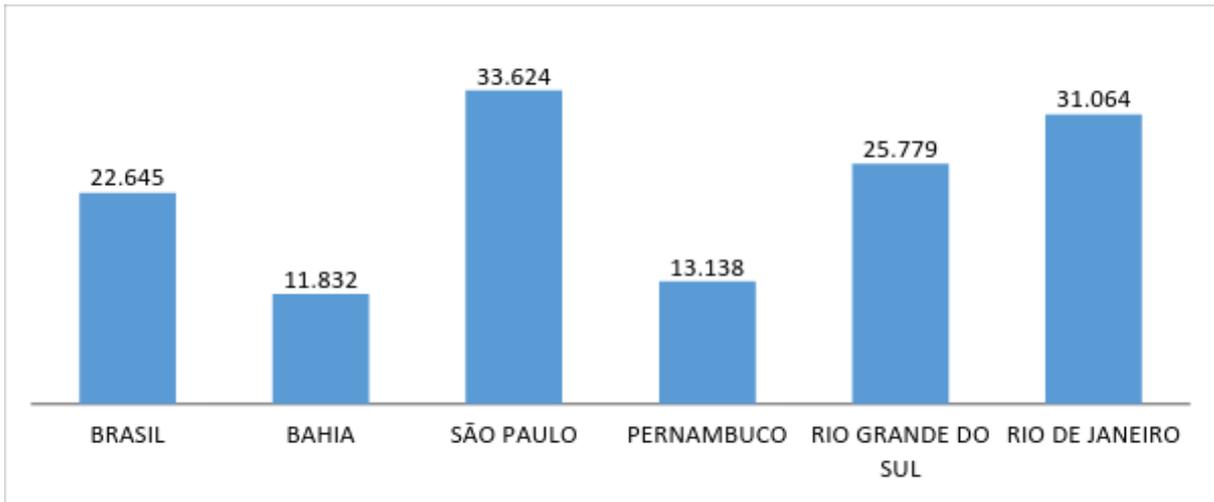


Figura 07: PIB per capita estados brasileiros, 2012.

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil – 2012.

O PIB per capita dos Estados analisados (figura 07) observa se as desigualdades regionais em detrimento da média nacional. Estados mais industrializados como São Paulo e Rio de Janeiro concentram a maior parte da renda produzida no país, enquanto Bahia e Pernambuco permanecem com um PIB per capita muito abaixo da média nacional sendo este um principais dos entraves da diminuição das desigualdades sociais.

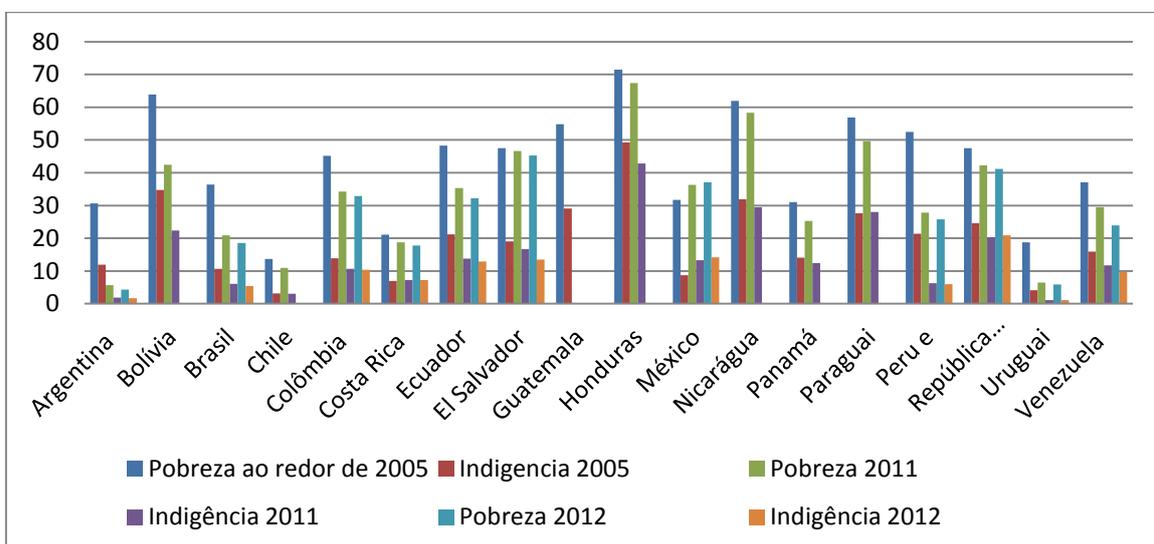


Figura 08: América Latina: Pessoas em situação de pobreza e de indigência, ao redor de 2005 e 2012 (Em porcentagens).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do Panorama Social da América Latina 2013.

O Brasil reduziu o índice de pobreza de 36,4% em 2005 para 18,6% em 2012, já o índice de indigência 10,7% em 2005 para 5,4 em 2012. Estes dados mostram que houve uma

evolução no sentido da diminuição da pobreza e de indigência, apesar de existir problemas que estas pesquisas não detectam como a Tabela 02.

Tabela 02: Dimensões, indicadores de carências e ponderações para a medição da pobreza com base em indicadores clássicos de necessidades básicas insatisfeitas.

Água e saneamento	
Carência de acesso a fontes de água melhorada	Áreas urbanas: qualquer fonte de água exceto rede pública Áreas rurais: poço não protegido, água engarrafada, fontes de água móvel, rio, quebrada, chuva e outros
Carência de sistema de eliminação de excrementos	Áreas urbanas: não dispor de serviço higiênico ou de um sistema de evacuação conectado à rede de esgoto ou fossa séptica Áreas rurais: não dispor de serviço higiênico ou ter um sistema de evacuação sem tratamento
Energia	
Carência de energia elétrica	Domicílios que não têm eletricidade
Combustível para cozinhar inseguro para a saúde	Domicílios que usam lenha, carvão ou resíduos para cozinhar
Moradia	
Precariedade dos materiais da moradia	Moradia com chão de terra, em zonas rurais e urbanas, ou precariedade dos materiais do teto e paredes
Amontoamento	Três ou mais pessoas por quarto, em áreas rurais e urbanas
Educação	
Não frequência à escola	No domicílio há ao menos uma criança em idade escolar (6 a 17 anos) que não frequenta a escola
Não alcance de uma escolaridade mínima	No domicílio, nenhuma pessoa de 20 anos ou mais alcançou um nível mínimo de escolaridade. - Pessoas de 20 a 59 anos: não concluíram o ensino fundamental - Pessoas de 60 anos ou mais: não concluíram o ensino primário

Fonte: Panorama Social da América Latina 2013.

A Tabela 02 é apenas uma síntese de como é feito a medição clássica da pobreza, o que pode ocasionar falhas em sua medição devido à insuficiência de dados sobre a real necessidade das pessoas nesta condição, portanto os dados mensurados são o retrato aproximado sobre as condições de pobreza do Brasil.

O Brasil foi um dos países que contribuiu para erradicar a pobreza extrema estipulada pelas Nações Unidas. Reduziu de 25,5% para 3,5% de 2000 a 2012. Isto significa que o Brasil atingiu suas metas nacionais e internacionais para a redução da pobreza absoluta considerando os indicadores utilizados pela PNUD/ONU.

A meta estipulado pela ONU leva em consideração apenas a erradicação da pobreza extrema,²⁵ demonstrando que o Brasil precisa de um planejamento para retomar o crescimento econômico, aumentar o salário médio da população brasileira e diminuir a desigualdade social para melhorar os indicadores que medem a qualidade de vida da população, visto que atualmente são apenas satisfatórios dado a renda gerada pelo país.

²⁵ Pessoas em situação de pobreza extrema ou absoluta são aquelas que apresentam uma renda média de R\$ 2,36 por dia, ou R\$ 71,75 por mês. (RELATÓRIO PNUD).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os dados relativos de inflação e salários analisados de 2000 a 2014 o cenário econômico se mostrou favorável para a diminuição da pobreza e desigualdade social no período. A inflação medida pelo INPC mostrou se estável com média de 7,30% ao ano enquanto o aumento do salário mínimo no mesmo período em média de 10,45% ao ano a ponto de favorecer os indicadores de pobreza na ótica absoluta, que no período diminuiu de 25,5% em 2000 para 3,5% em 2012. Os dados sobre o desemprego também justificam a queda nos índices de pobreza absoluta, uma vez que a taxa de desocupação da população maior de 18 anos foi em média de 9,55% ao ano de 2000 a 2014 decaindo a 4,9%²⁶ em 2014 segundo dados do PME.

Levando em consideração a revisão de literatura dos estudos anteriores, chega se a conclusão de que a diminuição da pobreza está intimamente ligada à estabilidade econômica registrada no período, com taxas constantes de desemprego, inflação e aumentos salariais acima do INPC, contribuindo positivamente para o combate da pobreza, mesmo com as baixas taxas de crescimento econômicos registrados no período.

As taxas de pobreza relativa, (onde há a privação parcial de necessidades básicas), persistem devido às altas taxas de desigualdade social (principalmente na Bahia e Pernambuco). Observando o PIB *per capita* brasileiro, nota se que a renda concentrada entre os 20% mais ricos continua alto e necessita se de políticas capazes de equacionar a renda média da população, para erradicar tanto a pobreza na ótica absoluta quanto na relativa.

Ao averiguar os índices de IDH municipal referentes à Educação, Longevidade e Renda todos os indicadores apresentaram melhora significativa, demonstrando que o país está alinhado às metas de melhoria da qualidade de vida da população, porém deve se levar em consideração que o quadro da pobreza e desigualdade social precisa atingir metas mais palpáveis e diminuir as desigualdades regionais.

²⁶ Referente a setembro de 2014.

6 REFERÊNCIAS

- BARROS R P, MENDONÇA R. **“O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza.”** Texto para discussão n.º528 Ipea. Rio de Janeiro RJ 1997. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&i3781>
- BARROS R.P, HENRIQUES R., MENDONÇA R **“A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil.”**. Texto para discussão n.º800 Ipea. Rio de Janeiro RJ 2001. Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf>
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, p. 155-173, 2005.
- CARDOSO, E. **“Inflation and Poverty.”** Cambridge: NBER, 1992 (Working Paper n.4006). Disponível em:< <http://www.nber.org/papers/w4006.pdf>>
- CEPAL. **“PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA 2013.”** Disponível em: <http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/51767/P51767.xml&xsl=/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acesso em: 10/11/2014.
- CYSNE Rubens Penha. **“Desigualdades de Renda e políticas distributivas: Duas questões metodológicas.”** Publicação conjuntura macroeconômica. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/24299/23073>>
- GREMAUD. Amauri .C. **“Economia Brasileira Contemporânea.”** São Paulo Sétima edição, 2010.
- HOFFMANN Rodolfo, KAGEYAMA Ângela. **“Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional.”** Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006
- IBGE. **“Pesquisa de Orçamentos Familiares.”** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=25 . Acesso em: 14/11/2014.
- IBGE. **“Pesquisa Mensal de Emprego.”** Disponível em: <http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20mensal%20de%20emprego%20%28pme%29>. Acesso em: 13/11/2014.

JANNUZZI Paulo Martino. “**Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.**” Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan/fev 2002, além do livro Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Ed. Alínea, 2001.

MEDEIROS Carlos Aguiar. “**Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil.**” Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/657/903>>

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO: “**Síntese de indicadores.**” Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 217 p. Acesso em 10/10/2014.

ROCHA Sonia. “**Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real.**” Rio de Janeiro, Texto para discussão nº0721, abril. 2000.

Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=comcontent&view=article&id=3990>> .

SALVATORE, Santagada. “**Indicadores sociais: Uma primeira abordagem social e histórica.**” Pensamento Plural | Pelotas [01]: 113 - 142. Pelotas RS 2007. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>>

SCHMITT John. “*Why Does the Minimum Wage Have No Discernible Effect on Employment?*” Center for Economic and Policy Research CEPR. Washington, D.C 2013. Disponível em:< <http://www.cepr.net/documents/publications/min-wage-2013-02.pdf>>